

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**MARZO BARRETTO SANTOS**

**LAURO DE FREITAS:**

UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES EDUCAÇÃO E MORADIA

São Francisco do Conde  
2015

**MARZO BARRETTO SANTOS**

**LAURO DE FREITAS:**

UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES EDUCAÇÃO E MORADIA

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de especialista.

Área de concentração: Plano Diretor e Gestão Urbana

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Santos Souza

São Francisco do Conde  
2015

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 Objetivos Específicos.....</b>	<b>7</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>8</b>
<b>3.1 Lauro de Freitas: História e Formação .....</b>	<b>8</b>
<b>3.2 Pobreza Multidimensional.....</b>	<b>10</b>
<b>3.3 Dimensões Educação e Moradia.....</b>	<b>11</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>5 RELAÇÃO EDUCAÇÃO E MORADIA EM LAURO DE FREITAS.....</b>	<b>14</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>19</b>

## RESUMO

Este trabalho tem como finalidade evidenciar o uso de dados das dimensões de Pobreza separadamente, especificamente Educação e Moradia, no sentido de perceber a importância da análise multidimensional do tema pobreza para um diagnóstico confiável para utilização na gestão pública. O município de Lauro de Freitas, na Bahia será o alvo da análise seccionada das referidas dimensões. Será demonstrado, com base em pesquisa bibliográfica, o conceito do tema Pobreza Multidimensional e o desenvolvimento da formação histórica do município de Lauro de Freitas. Foi feita uma análise relacionando as três variáveis da dimensão moradia com a variável da dimensão educação referente ao alfabetismo dos chefes de família por setor censitário estudado no município. Foi possível identificar que não se consegue definir um padrão nas relações, mas se consegue inferir a respeito dos dados extremos para mais ou para menos. A principal percepção se põe na clarificação de que ao gestor público é possível, para diagnosticar as mazelas sociais em prol do seu enfrentamento com políticas específicas, se utilizar de análises seccionadas, mas o bom diagnóstico solicita o uso das diversas dimensões e variáveis que circundam a multidimensionalidade do tema Pobreza.

**Palavras-chave:** Gestão Municipal, Pobreza, Multidimensionalidade, Políticas Sociais.

## **ABSTRACT**

This work aims to highlight the use of Poverty dimensions of the data separately, specifically Education and Housing, to realize the importance of multidimensional analysis of poverty subject to a reliable diagnostic for use in public administration. The city of Lauro de Freitas, Bahia will be the target of such dimensions sectional analysis. Will be shown, based on literature, the theme concept Multidimensional Poverty and development of the historical formation of the city of Lauro de Freitas. An analysis was made relating the three variables of the size villa with a variable dimension regarding the literacy education of heads of households by census tract studied in the city. It observed that you can not set a default in the relationship, but you can infer about the extreme data more or less. The main perception sets in clarifying that the public manager is possible to diagnose the social ills in favor of his confrontation with specific policies, using a sectional analysis, but the proper diagnosis requests the use of the various dimensions and variables that surround the Poverty theme multidimensionality.

**Keywords:** Municipal Management, Poverty, multidimensionality, Social Policies

## 1 INTRODUÇÃO

As gestões públicas municipais são, em muitos casos baianos, desprovidas de base técnica para planejar a aplicação dos seus recursos com critérios bem delimitados. Para qualquer ente federado, ou órgão público especificamente, estabelecer análises de condição do espaço a ser gerido é de fundamental importância para uma melhor condução de ações. A prática de aplicações de políticas sociais em muitos municípios tem como sustentação o conhecimento do senso comum dos gestores.

Tais constatações de base empírica se formaram durante as visitas do autor realizadas a diversos municípios do estado da Bahia, enquanto participava do projeto de atualização dos limites intermunicipais sob a responsabilidade da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI,<sup>1</sup> e ainda na experiência adquirida enquanto secretário municipal de Administração e de Desenvolvimento Econômico no município de Caravelas, no extremo sul do estado.

A convivência na SEI com setores estatísticos, econômicos e de pesquisa especiais, além da geoinformação, onde atuava diretamente, associado a formação em Geografia e às experiências com a gestão pública municipal, despertou no autor um olhar atento para a ausência de sustentação dos critérios de atuação na política social empreendida pelo estado em suas diferentes regiões.

Em 2014, a SEI publicou, na sua Série de Estudos e Pesquisas, o livro “Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais”, onde identifica uma espacialização da pobreza no estado, tendo como parâmetro os municípios. Tal especificação espacializada dá ao gestor estadual um panorama contextualizado da Bahia para planejar suas ações de política social, mas não deixa a mesma base para os gestores municipais, o que não colabora na definição de planos e ações em maior consonância com as especificidades locais. A SEI elaborou na referida pesquisa uma metodologia com mais de 600 (seiscentas) variáveis, sobre um alicerce de cinco dimensões: Demografia, Saúde, Educação, Moradia e Renda, para analisar a pobreza na Bahia.

A política social é um dos mais relevantes aspectos a ser cuidado pelo gestor público municipal. É no município que as mazelas sociais acontecem de fato. E é responsabilidade desse ente federado, conjuntamente com o estadual e federal, diagnosticar os problemas para otimizar o uso dos escassos recursos públicos nesse tipo de ação.

Não se pode deixar de fora a relevância da análise e percepção das causas dos problemas sociais e tentar atuar também nesse caminho, mas essa é uma outra pauta neste estudo, compreendendo

---

<sup>1</sup>A SEI é uma das mais conceituadas e importante instituição de planejamento do Estado da Bahia. Sua criação tem base na Lei nº 6.812 de 1995, mas sua estrutura como órgão que gerasse estudos e pesquisas para fundamentar o planejamento público estadual foi pensada desde 1955 com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Muitas transformações aconteceram como alteração de órgão e fusões até alcançar sua formação e nomenclatura contemporâneas. “Atualmente, a SEI se constitui no principal provedor de dados do Estado atendendo demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil, tendo como missão: ‘INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE’” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2015).

que as mazelas não são poucas e necessitam de ferramentas para modernizar e agilizar as políticas sociais no enfrentamento na redução de desigualdades.

Assim, este trabalho pretende evidenciar o uso de dados das dimensões de Pobreza separadamente, especificamente Educação e Moradia, para perceber sua importância no olhar seccionado, tão quanto compreender o valor do uso de todas as dimensões do tema como estrutura fundante de um bom diagnóstico para utilização na gestão pública, neste caso, o município de Lauro de Freitas, na Bahia.

Lauro de Freitas, como será demonstrado no decorrer deste estudo, teve um grande crescimento populacional em um curto espaço de tempo. Apesar de seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM<sup>2</sup> ter uma curva ascendente, saindo de 0,474 em 1991 e galgando os índices de 0,616 e 0,754, respectivamente em 2000 e 2010, não se pode deixar de notar as desigualdades sociais estabelecidas no município.

A divisão deste trabalho está estabelecida da seguinte maneira: após esta introdução e os objetivos, se inicia a revisão bibliográfica, que fundamenta teoricamente este estudo. Esta fundamentação se divide em três partes, começando pela descrição da formação histórica do município de Lauro de Freitas, a revisão do conceito do tema Pobreza Multidimensional sucedendo a especificação das dimensões Educação e Moradia. No capítulo seguinte será descrita a metodologia adotada, que terá a extração de dados do Sistema Azimute da SEI e a relação de variáveis das dimensões Educação e Moradia, e por fim, no último capítulo, as conclusões estabelecidas pelo estudo aqui desenvolvido.

---

<sup>2</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

## **2 OBJETIVO GERAL**

Analisar a relação das dimensões Educação e Moradia da Pobreza Multidimensional no município de Lauro de Freitas – BA.

### **2.1 Objetivos Específicos**

- Descrever a formação histórica do município de Lauro de Freitas – BA;
- Analisar o conceito do tema Pobreza Multidimensional.



### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 Lauro de Freitas: História e Formação

A Lei estadual nº 1.753 de 27 de julho de 1962 desmembra o distrito de Santo Amaro de Ipitanga e parte dos distritos de Itapuã e Pirajá do município de Salvador quando cria o novo município de Lauro de Freitas. De fato, nem toda a área da parte dos distritos citados compõem o território do município de Lauro de Freitas e sua ocupação ocorre de forma lenta há longos anos até suceder a explosão demográfica das últimas décadas.

Para remontar a história, de forma sucinta, até a emancipação do município de Lauro de Freitas, devem-se referenciar alguns momentos relevantes e característicos. No germe da invasão portuguesa nas novas terras de Vera Cruz, a região fazia parte da Capitania Hereditária Baía de Todos os Santos do donatário Francisco Pereira Coutinho, e como a maioria daquelas capitanias não prosperaram sem nem mesmo constituir povoamentos, com exceção de Pernambuco e São Vicente (FAUSTO, 1995; PRADO JÚNIOR, 1976).

A Coroa Portuguesa altera sua estratégia de ocupação em busca de consolidar a colonização e em 1549 instala o Governo Geral do Brasil, empossando Tomé de Sousa para tal função. Até então “[...] ninguém se interessava pelo Brasil. A não ser os traficantes de madeira” (PRADO JÚNIOR, 1976). O primeiro governante na nova ordem social das terras de Vera Cruz, estabelecida pela expansão marítima europeia, constrói São Salvador, capital do Brasil até 1763, e leva a frente a empreitada de efetivar a ocupação através da política das Sesmarias.

A região de Lauro de Freitas compunha a área da então capital brasileira e é com a chegada de Tomé de Sousa que, segundo Freitas e Paranhos (2008, p. 15), numa visão bastante eurocentrista, “[...] efetivamente a história local começou a ser escrita por mãos lusitanas”. Para estes autores, a ocupação naquelas terras se dá quase que concomitantemente com o apoderamento, de fato, das novas terras invadidas pelos portugueses.

Poucas informações sobre o uso dos recursos naturais e a ocupação dada pelos índios nessa região são encontradas. Pode-se constatar, de forma genérica, que, como na maioria da costa brasileira, guardadas raras exceções onde não se enquadra a região aqui estudada, o território as margens do rio Ipitanga era dominado pelos tupis ou tupinambás (FAUSTO, 1995). Agregase o relato de José Augusto Laranjeiras Sampaio, em estudo elaborado pela Associação Nacional de Ação Indígena – ANAI, onde indica que:

Nas duas décadas finais do século XX estabeleceram-se na Bahia constituindo pequenas aldeias e respectivos territórios grupos familiares oriundos de povos indígenas de Pernambuco e Alagoas; [...] um grupo dos Cariri-Xocó que estabeleceram a aldeia Thá-Fene no município de Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador. (SAMPAIO, 2015, p. 7).

Seguindo a ocupação europeia, em 1552, Garcia D’Ávila, primo de Tomé de Sousa, recebe de seu parente uma grande faixa de terra ao norte de Salvador, empreendendo de forma próxima à feudal, escravagista e com grandes conflitos com indígenas locais a pecuária extensiva no nordeste brasileiro, adentrando pelo sertão baiano para além do rio São Francisco (FREITAS;

PARANHOS, 2008). Além deste tipo de atividade, segundo os mesmos autores, nas áreas próximas aos rios Joanes e Ipitanga haviam engenhos de açúcar produzindo, caracterizando uma especificidade da região estudada frente ao restante da atuação em suas áreas por Garcia D'Ávila.

Vale ressaltar uma análise econômica sobre a região do atual município de Lauro de Freitas, que Prado Júnior (1976, p. 41) entende que “[...] é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção”, as atividades de exportação – de maior interesse da coroa por gerar impostos e dividendos volumosos –, como o açúcar, e de subsistência – com caráter de manter a população –, neste caso a produção de leite, carne e couro.

Não se pode deixar de ressaltar que a região do Recôncavo da Baía de Todos os Santos era a principal produtora de açúcar da colônia (PRADO JÚNIOR, 1976) (FREITAS; PARANHOS, 2008), por seu solo e clima favoráveis. A região litorânea ao norte da capital não tinha as mesmas qualidades, mas as áreas às margens dos rios Joanes e Ipitanga, como já citado, mantinha características benéficas a esse tipo de produção.

Assim, como no restante da colônia, não se pode deixar de categorizar a forma que se enquadrava a economia brasileira: as grandes propriedades e plantações com base no trabalho escravo, o que (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 32) denomina como *plantation* e afirma que “É nesta base, portanto, que se iniciarão a ocupação efetiva e a colonização do Brasil” e pode-se compreender, então, que assim germina a ocupação na região do atual município de Lauro de Freitas.

No início da década de 1960 se iniciou o processo de emancipação, que foi conquistado em 31/07/1962 (FREITAS; PARANHOS, 2008). Muitas mudanças de ocupação ocorreram desde então no município. A Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (1977), descrevendo dados do censo de 1970, indica que o município tinha naquele ano 10.007 habitantes. Os dados do IBGE dos censos de 1991 e 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015b) indicam o salto quantitativo para 69.270 e 113.543 habitantes, respectivamente e os dados mais atuais encontrados no endereço eletrônico do IBGE Cidades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015c) demonstra a continuidade do crescimento nos últimos anos onde no censo de 2010 registrou-se a quantidade de habitantes de 163.449 e a estimativa para 2015 fixou-se em 191.435 habitantes no município de Lauro de Freitas.

Esse crescimento em larga escala em um município demanda cuidados específicos da gestão pública municipal, já que não se nota um planejamento prévio para abarcar tal quantitativo habitacional e com a mesma velocidade de crescimento populacional ocorrem o crescimento de mazelas sociais, já que, segundo o professor Milton Santos em seu último registro audiovisual (ENCONTRO..., 2013) somente o estado, através do exercício da política, tem a condição indispensável de abarcar o cuidado de todas as pessoas.

### 3.2 Pobreza Multidimensional

Ao longo de anos, muitos estudos já se debruçaram a respeito do tema Pobreza. Há, contudo, olhares diferentes para sua forma e conteúdo, neste item veremos alguns destes conceitos. Alguns autores com conteúdo mais filosófico, outros mais pragmáticos. Seu arcabouço conceitual se altera durante o passar dos anos, com uma necessidade de analisar a pobreza de forma mais abrangente.

Nas Ciências Sociais o tema é estudado ao longo do seu curso histórico, o estudo sobre o tema foi abraçado também pela ciência econômica, sobretudo nas últimas quatro décadas, onde o estudo intensifica-se pelo debate a respeito do crescimento e desenvolvimento econômico (SILVA; LACERDA; NEDER, 2011). Para esses autores, a relação causal entre crescimento da renda e fim da pobreza perderam força durante as décadas de 1960 e 70, dando impulso ao “[...] desenvolvimento de novas abordagens de estudo da pobreza que consideram outras dimensões que não a dimensão monetária” (SILVA; LACERDA; NEDER, 2011, p. 510), compreendendo uma *abrangência multidimensional da pobreza*.

Neste mesmo sentido Meier (1979) entende como equívoco utilizar o Produto Interno Bruto (PIB), que naquele momento era denominado por ele ainda como Produto Nacional Bruto (PNB), como medida básica para analisar a pobreza. Santos (1979, p.10), ratifica este entendimento, em uma análise aprofundada sobre a pobreza urbana, quando afirma que:

A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística [pobreza analisada por quantidade de consumo] para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social.

Observa-se que a multidimensionalidade da pobreza destacada por esses autores não nega a restrição de renda como um elemento importante da análise sobre o tema, mas motiva a reflexão e incorporação de outras variáveis relevantes e fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Por uma ótica sociológica podemos perceber a mesma perspectiva nas palavras de Espinheira e Soares (2006, p.6), onde:

O conceito de indivíduo pobre, está associado ao de fracassado socialmente, e de excluído por não poder acessar em termos espaciais e temporais: a cidade e seus benefícios, as mercadorias e serviços, a tecnologia, ao conhecimento etc. A questão da pobreza remete também à exclusão social e a construção cotidiana de um desequilíbrio social que coloca em risco o protejo humano.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014), em estudo realizado sobre as dimensões, territórios e dinâmicas regionais, identifica cinco dimensões como mais relevantes para compreender o fenômeno da pobreza, sendo elas: Demografia, Saúde, Educação, Moradia e Renda. A pobreza põe-se assim associada a restrição de acesso a necessidades, mas não somente a de aquisição de bens materiais e serviços.

Relaciona-se com todo esse contexto a respeito do tema Pobreza Multidimensional um conceito correlato, que dá sustentação espacial a dinâmica social que abarca tal discricionariedade e é sustentado pelo professor Milton Santos, o conceito de espaço. Para Santos (2006, p. 63), “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

A multidimensionalidade se encontra neste sentido como elemento valioso para a análise da Pobreza, não imputando ao crescimento econômico seu combate, mas sim ao desenvolvimento econômico com bases sociais sustentáveis. De forma pragmática, observa-se que suas inúmeras variáveis relacionadas sugerem uma leitura geral do referido tema e possibilitam aos gestores analisar contextos unificados ou separadamente, sem alterar a concepção maior do significado da Pobreza e dos seus problemas associados.

### **3.3 Dimensões Educação e Moradia**

A dimensão Moradia é elemento preponderante na vida cotidiana da cidade. Segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos<sup>3</sup>, de 1948, no seu artigo XIII, inciso 1, todo ser humano tem direito a residência, além da liberdade de locomoção, dentro do território do cada Estado.

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988) brasileira de 1988 a moradia é estabelecida como direito social, conforme o artigo 6º. E no artigo 23 da Carta Magna impõe como competência comum dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – tanto a promoção de programas para construção de moradias, quanto na melhoria de condição de habitação e saneamento básico.

O professor Milton Santos (2006, p. 328), quando discorre sobre a força do lugar, especificamente quanto aos migrantes do lugar, descreve uma relevante constatação, que “[...] o homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que seja desempregado ou migrante. A ‘residência’, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem”.

No Brasil as desigualdades demonstram notória desarmonia social a respeito da questão da moradia. O déficit habitacional tem seguido rumos de queda nos últimos anos. Dados do IPEA (LIMA NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013) mostram que relativamente o referido déficit sai de 10% em 2007 para 8,5% em 2012. “A maior redução no período 2007-2012 deu-se no componente habitações precárias (30%), seguida da coabitação familiar (26%)” (p. 4).

O principal programa habitacional que vigora no Brasil desde 2009 é o Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal. Apesar dos avanços frente ao enfrentamento do déficit habitacional, não se apaga alguns questionamentos importantes sobre sua metodologia, como por exemplo a distante localização das áreas que recebem os programas habitacionais, o que

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

Espinheira e Soares (2006) se utilizam de aspas para conceituar como áreas ‘vacionadas’ ou ‘populares’, quando de fato afastam as classes mais baixas das classes mais abastadas.

Ainda assim, deve-se avaliar o ganho no reduzido percentual de 1,4% de habitações precárias no Brasil. Mas, que significa que ainda há muito o que se fazer pelas gestões públicas a fim de cumprir seu papel constitucional e melhorar os ambientes habitacionais.

Segundo Freire (1979, p. 14), “A educação tem caráter permanente. Não há educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos [...]”

A Educação é a dimensão que mais permeia pelo imaginário social dada uma simples análise empírica. A Carta Magna concede primeiramente a educação o caráter de direito social.

Para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014, p. 67) “[...] muitos estudos afirmam a importância da educação para o homem e o desenvolvimento das sociedades, entendendo-as, a demais, como fundamental e indispensável para o exercício da cidadania e consolidação da democracia.”

Apesar de Paulo Freire nos afirmar que os graus de educação não são absolutos, vale refletir que tais mensurações dão base para análise das ações propostas, principalmente ao gestor público. Para estes, não se pode descartar a relativização da educação, mas deve-se formatar critérios bases de análise sólidas a fim de possibilitar aferição e evolução das ações.

## 4 METODOLOGIA

O tema Pobreza estimulou muitos estudos e continua aguçando a curiosidade de estudiosos gerando, com isso, diversificadas conclusões concernentes ao seu conteúdo e critério de análise. Este trabalho, especificamente, se detém à análise de algumas variáveis da relação entre duas dessas dimensões, Educação e Moradia, e sua espacialização no município de Lauro de Freitas.

Outro elemento relevante neste estudo e também vinculado à SEI é a ferramenta digital online Azimute, que atua como um Sistema de Informação Multidimensional. Será desse sistema que este trabalho subtrairá os dados específicos e especializados pelo código do setor censitário<sup>4</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Vale ressaltar que os dados fornecidos pelo Azimute/SEI não compõem o total do território do município de Lauro de Freitas, mas dá uma base de relevância para este estudo.

Neste sentido, a estratégia metodológica utilizada foi a revisão de literatura acerca do tema Pobreza Multidimensional, além da observação e análise de dados através do Sistema Azimute/SEI referente a questões de relação entre Educação e Moradia, dimensões componentes do referido tema por setor censitário. Acrescenta-se a isso, as observações e experiências de atuação dentro de instituições de gestão públicas estaduais e municipais da Bahia e os conhecimentos agregados na minha formação em Geografia na modalidade licenciatura.

Ressalta-se que não se pretende neste trabalho fazer uma análise da Pobreza do município de Lauro de Freitas, mas compreender a relação entre variáveis das dimensões Educação e Moradia nesse território. Não haverá neste trabalho um aprofundamento da distribuição espacial das relações entre as variáveis por falta de informações de bairros cedidas pelo município.

O exercício estabelecido neste trabalho é fazer uma análise entre duas dimensões do contexto maior que é o tema Pobreza. Selecionamos primeiramente a Educação pelo destaque empírico estabelecido na sociedade e pela sua relevância independentemente da posição econômica ou social.

A dimensão Moradia foi selecionada aleatoriamente. No conjunto de dimensões estabelecidas e dos dados identificados pelo Sistema Azimute/SEI definiu-se essa dimensão relacionando-a com a Educação no município de Lauro de Freitas. Já suas variáveis foram estabelecidas com base nos critérios definidos mais representativos por dimensão (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014, p. 16).

---

<sup>4</sup> “O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015a).

## 5 RELAÇÃO EDUCAÇÃO E MORADIA EM LAURO DE FREITAS

Como já foi identificado no decorrer deste trabalho, a análise sobre temática Pobreza se norteia por cinco dimensões elementares. Não há mais ou menos importante entre essas dimensões, mas neste estudo foram selecionadas duas delas para se fazer uma relação direta.

Perceber seu valor a relação entre duas dimensões de forma isolada das demais demonstra o caráter intrinsecamente relevante para o gestor público no sentido de compreender o valor do olhar global da Pobreza, mas também as possibilidades de análise a partir da necessidade estabelecida em cada município.

Com base nos dados fornecidos pelos Sistema Azimute/SEI a respeito do município de Lauro de Freitas, pôde-se fazer algumas análises sobre a relação estabelecida entre três variáveis referentes à Moradia e uma relacionada à Educação. As variáveis se dão em valores percentuais e indicam, para Moradia, *Domicílios com lixo coletado*, *Domicílios com banheiro ou sanitário* e *Domicílios com água – Rede geral* e para a Educação o percentual de *Pessoas alfabetizadas responsáveis pelo domicílio*.

A Tabela 1 demonstra os dados informados, com uma classificação estipulada de menor para o maior na coluna *Percentual de pessoas alfabetizadas responsáveis pelo domicílio*. É relevante ratificar que, conforme observado no Cartograma 1 (Anexo I), o Sistema Azimute/SEI não gera o total de setores censitários estabelecidos para o município, assim não abrangendo todo território e dando um caráter de análise menos confiável.

Seguindo assim, nota-se que o menor percentual de chefes de família por setor censitário no município de Lauro de Freitas é de 68% (sessenta e oito por cento) e apenas quatro setores são identificados com o percentual máximo de alfabetizados chefiando as famílias.

Esse formato de classificação da tabela nos ajuda a perceber a primeira relação entre as variáveis definidas neste estudo. Apenas um setor tem valores percentuais máximos nas quatro variáveis, apesar dos outros três setores com percentual máximo de chefes de família alfabetizados terem baixos déficits apenas na variável *Domicílio com água – Rede geral*.

Por outro lado, invertendo a classificação das tabelas, pode-se identificar sete setores há 100% (cem por cento) dos domicílios beneficiados pelas variáveis estabelecidas para a dimensão Moradia. Como já dito, apenas um desses setores tem percentual máximo também na variável alfabetização, mas nota-se também que o menor percentual desses sete setores é de 95% (noventa e cinco por cento).

Mudando o curso da análise, identifica-se que, na extremidade oposta, os setores censitários com menor percentuais nas variáveis da dimensão Moradia, são também o de menor grau de alfabetização entre os chefes de família.

Tabela 1 – Dados extraídos do Sistema Azimute/SEI para o município de Lauro de Freitas-BA por setor censitário

(Cadastral) Código	(Socioeconômico) População Total	(Socioeconômico) Pessoas responsáveis pelos domicílios	(Socioeconômico (Percentuais) Percentual de Domicílios (DPP) com Lixo Coletado	(Socioeconômico (Percentuais) Percentual de Domicílios (DPP) com Banheiro ou Sanitário	(Socioeconômico (Percentuais) Percentual de Domicílios (DPP) com Água - Rede Geral	(Educação) Pessoas alfabetizadas responsáveis pelo domicílio	(Educação (Percentuais) Percentual de pessoas alfabetizadas responsáveis pelo domicílio
293070905000105	215	73	2,74	93,15	41,10	50	68,00
291920705000153	327	95	62,11	97,89	47,37	66	69,00
291920705000009	721	231	100,00	100,00	98,26	193	83,00
291920705000147	732	212	91,04	94,34	99,06	178	83,00
291920705000095	838	257	100,00	99,22	100,00	216	84,00
291920705000178	1.176	235	90,60	97,86	96,15	199	84,00
291920705000046	1.058	315	100,00	99,68	88,57	270	85,00
291920705000191	432	125	98,40	98,40	92,00	107	85,00
291920705000152	1.475	426	92,96	95,77	98,59	370	86,00
291920705000052	833	244	100,00	100,00	93,44	211	86,00
291920705000094	1.414	441	98,64	99,55	96,60	388	87,00
291920705000194	589	182	100,00	100,00	96,70	160	87,00
291920705000063	839	230	100,00	100,00	99,13	205	89,00
291920705000099	596	166	99,40	98,19	94,58	148	89,00
291920705000010	1.504	447	99,33	99,33	96,87	403	90,00
291920705000172	877	283	87,28	90,81	66,78	256	90,00
291920705000108	934	275	100,00	99,64	65,82	249	90,00
291920705000018	1.554	482	100,00	99,17	99,79	447	92,00
291920705000028	1.387	423	99,76	99,76	99,05	393	92,00
291920705000041	1.413	374	100,00	100,00	96,26	347	92,00
291920705000078	1.167	356	100,00	99,72	96,63	331	92,00
291920705000132	1.206	395	100,00	100,00	95,95	371	93,00
291920705000007	1.150	348	99,14	99,14	99,43	326	93,00
291920705000186	1.126	328	100,00	100,00	97,26	308	93,00
291920705000068	1.075	288	99,31	100,00	96,88	268	93,00
291920705000049	2.615	710	98,87	99,72	98,87	670	94,00
291920705000033	1.509	475	100,00	100,00	97,46	451	94,00
291920705000069	1.413	410	100,00	100,00	98,54	386	94,00
291920705000055	1.965	647	100,00	100,00	97,68	616	95,00
291920705000097	1.414	465	100,00	99,35	99,78	443	95,00
291920705000123	1.498	458	100,00	100,00	99,78	439	95,00
291920705000019	1.393	411	100,00	100,00	99,76	392	95,00
291920705000114	1.078	348	100,00	100,00	100,00	334	95,00
291920705000017	1.115	318	100,00	100,00	98,74	304	95,00
291920705000133	716	190	100,00	100,00	97,37	182	95,00
291920705000005	1.426	408	100,00	99,75	100,00	394	96,00
291920705000008	1.124	345	99,42	99,13	96,80	333	96,00
291920705000060	1.142	334	100,00	100,00	98,50	323	96,00
291920705000025	1.116	330	100,00	100,00	100,00	320	96,00
291920705000006	844	268	100,00	100,00	98,13	259	96,00
291920705000053	723	210	98,57	99,52	90,95	202	96,00
291920705000142	872	269	100,00	100,00	100,00	263	97,00
291920705000020	699	217	100,00	99,54	100,00	212	97,00
291920705000105	676	199	100,00	100,00	97,49	195	97,00
291920705000180	566	177	100,00	99,44	99,44	173	97,00
291920705000023	625	174	100,00	100,00	97,09	170	97,00
291920705000002	1.201	370	100,00	100,00	100,00	363	98,00
291920705000116	854	329	100,00	100,00	96,35	325	98,00
291920705000087	504	208	100,00	100,00	100,00	205	98,00
291920705000161	637	194	100,00	100,00	100,00	192	98,00
291920705000001	686	186	100,00	100,00	99,46	183	98,00
291920705000065	568	162	100,00	100,00	100,00	160	98,00
292740805090044	2.399	759	99,87	100,00	98,42	754	99,00
291920705000026	1.459	404	100,00	100,00	96,53	401	99,00
291920705000122	1.021	337	100,00	100,00	99,70	336	99,00
291920705000022	810	311	100,00	100,00	100,00	310	99,00
291920705000197	348	135	98,52	100,00	96,30	134	99,00
291920705000076	1.092	313	100,00	100,00	100,00	313	100,00
291920705000075	975	274	100,00	100,00	97,81	274	100,00
291920705000189	424	127	100,00	100,00	96,06	127	100,00
291920705000110	27	8	100,00	100,00	87,50	8	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Apesar dessa análise dos setores de percentuais extremos da tabela, não é possível estabelecer um padrão de relação entre as variáveis, conforme observado mais claramente nos gráficos 1, 2 e 3.

Pode se observar no gráfico 1, por exemplo, dois setores com o mesmo percentual de pessoas alfabetizadas 90% e na variável lixo coletado com percentuais de 85% e 100%. Ou seja, não há uma alteração diretamente proporcional ou qualquer outro padrão numérico entre as duas variáveis desse gráfico, não identificado também nos gráficos 2 e 3.



Gráfico 1 - Relação relativa dimensão Moradia (variável Lixo Coletado) x dimensão Educação (variável Alfabetismo)

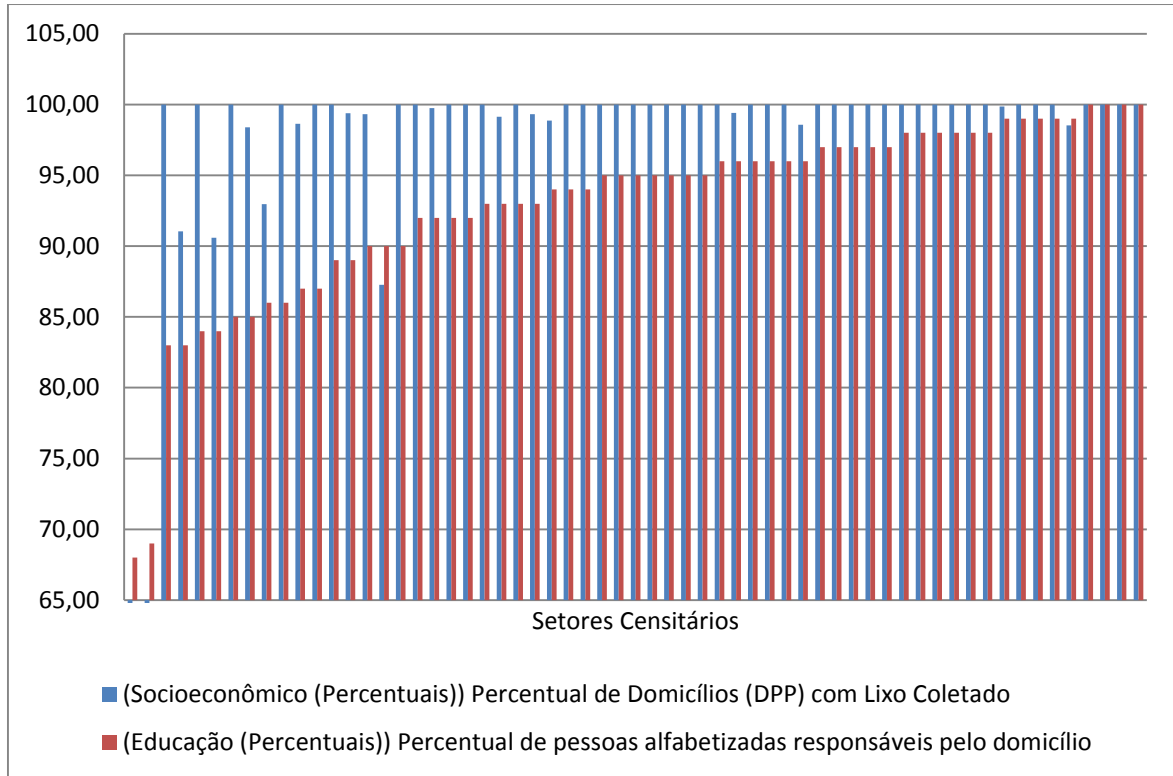


Gráfico 2 – Relação relativa dimensão Moradia (variável Banheiro ou Sanitário) x dimensão Educação (variável Alfabetismo)

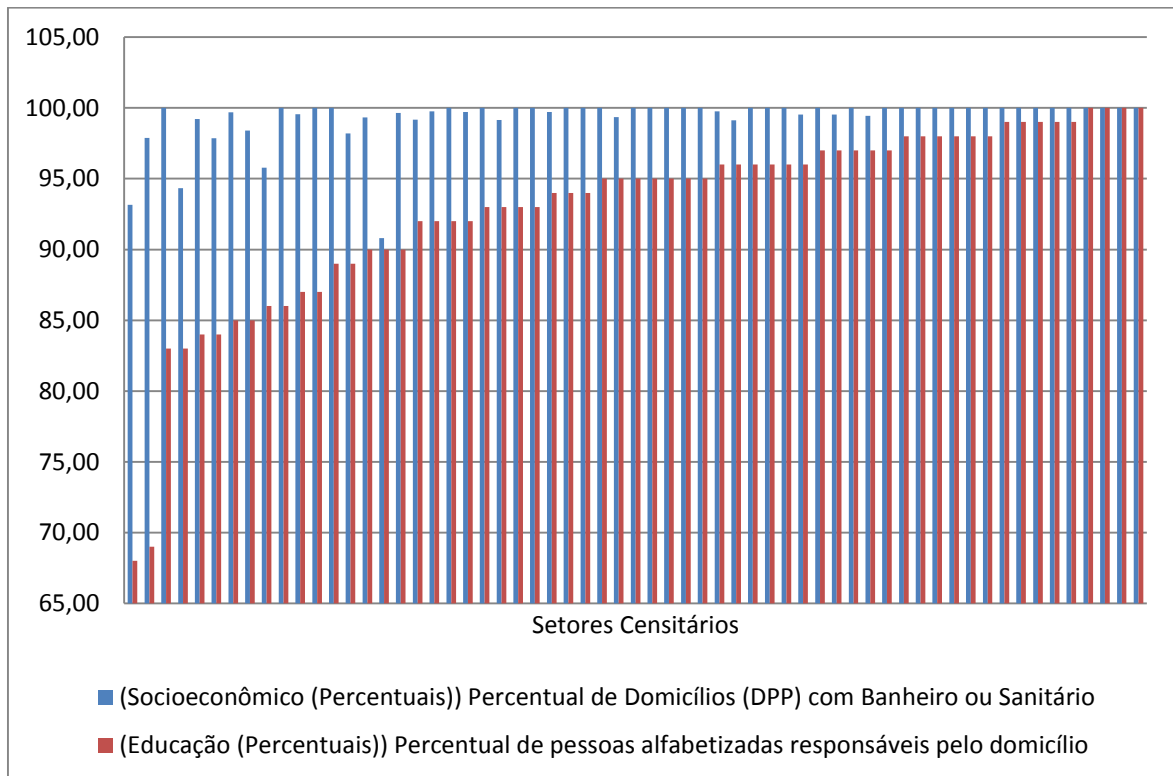
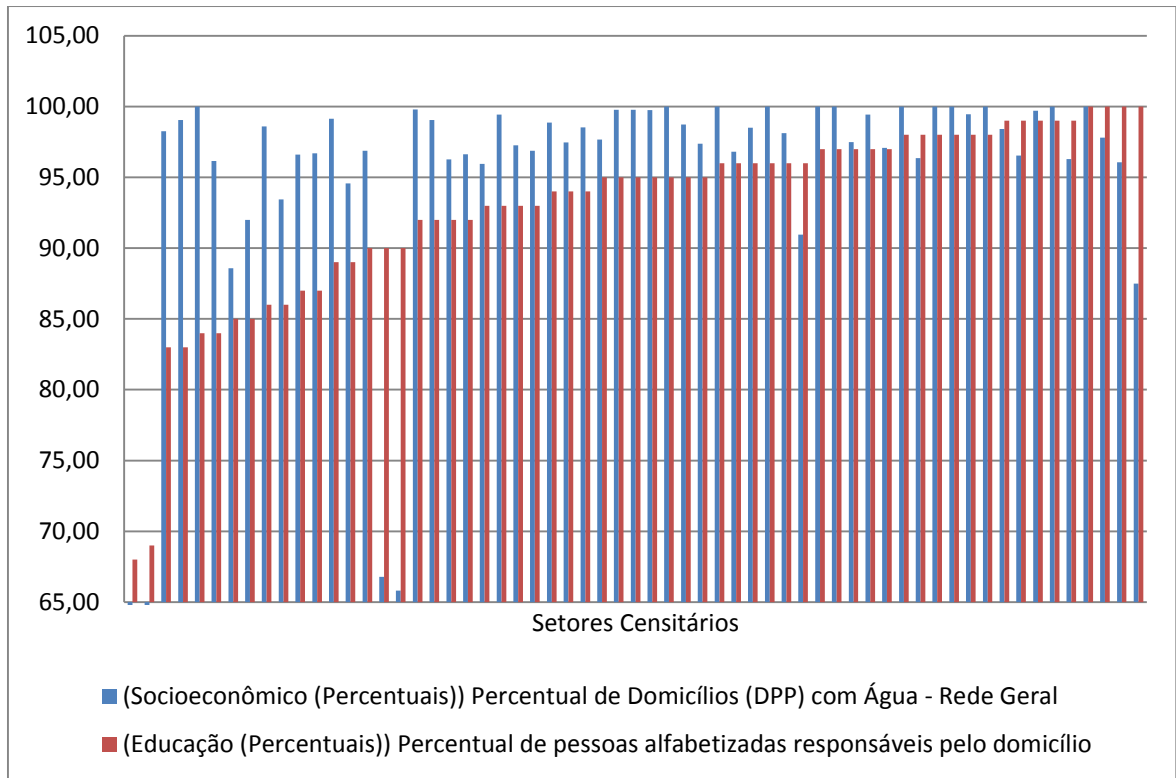


Gráfico 3 – Relação relativa dimensão Moradia (variável Água – Rede Geral) x dimensão Educação (variável Alfabetismo)



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de análise fragmentada das dimensões Educação e Moradia no município de Lauro de Freitas, a partir das variáveis: alfabetismo do chefe de família, domicílios com lixo coletado, com banheiro ou sanitário e água – rede geral, demonstra que não se caracteriza um padrão de variação entre as relações relativas das variáveis.

Quando se encontra relações nos dados extremos, como descrito na análise dos resultados, percebe-se que é possível de forma genérica afirmar que os setores onde os piores percentuais de serviços relativos à Moradia são onde se encontram os chefes de família com menores percentuais de alfabetismo e o inverso se ratifica.

Fica claro a que é possível tirar conclusões para apoiar o planejamento, monitoramento de ações e retroalimentação da gestão pública municipal ao executar análises pontuais de dimensões específicas da Pobreza no seu território. Mas, por outro lado, demonstra a fragilidade no resultado final de uma análise em prol de um diagnóstico para políticas sociais no enfrentamento das mazelas que demonstram a pobreza num caráter multidimensional.

Nota-se que olhar a Pobreza Multidimensional, agregando as cinco dimensões – Demografia, Saúde, Educação, Moradia e Renda – põe-se como valioso e fundamental elemento para um bom diagnóstico a favor do fortalecimento, otimização de recursos e o eficaz resultado das políticas sociais nos municípios, não descartando, contudo, a possibilidade seccionada de relação das dimensões.

Analisar a relação das 05 dimensões citadas sobre o tema Pobreza Multidimensional revela-se como um estudo adicional de grande importância para o município, buscando, com tudo uma maior gama de setores censitários com seus dados e informações, dando ao município de Lauro de Freitas valiosa base para suas políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

- BAHIA. Lei Estadual nº 1.753/62. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 27 jul. 1962. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em 29 dez. 2015.
- BRASIL. Constituição 1988. Constituição República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 9 dez. 2015.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Relatório preliminar do município de Lauro de Freitas*. Salvador: CONDER, 1977.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2015.
- ENCONTRO com Milton Santos ou O Mundo Global visto do lado de cá. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0nom9LyCH3g>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- ESPINHEIRA, Gey; SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2006.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- FREITAS, Gildásio; PARANHOS, Emanuel. *Livro da história de Lauro de Freitas: antiga freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, 1608-2008: 400 anos*. 3. ed. rev. ampl. Lauro de Freitas, BA: JSP Jornal e gráfica, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>>. Acesso em: 25 nov. 2015a.
- \_\_\_\_\_. *Estatísticas*. Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm#](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm#)>. Acesso em: 27 nov. 2015b.
- \_\_\_\_\_. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291920&search=||info%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 27 nov. 2015c.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/2075](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2075)>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- LIMA NETO, Vicente Correia; FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro. *Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)*. Brasília: IPEA, 2013. (Nota técnica, 5).

MEIER, Richard. *A pobreza nas grandes cidades*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979. Entrevista concedida a Biblioteca Salvat de Grandes Temas.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACERDA, Fernanda Calasans C.; NEDER, Henrique Dantas. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privatização de capacitações. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 21, n. 3, p. 509-527, jul./set. 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*. Salvador: SEI, 2014. 194 p. (Série estudos e pesquisas, 97).

\_\_\_\_\_. *Histórico*. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=93&Itemid=165](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=165)>. Acesso em: 8 nov. 2015.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras *História e presença dos povos indígenas na Bahia*. Disponível em: <[http://www.anai.org.br/povos/Historia\\_Povos\\_Bahia.pdf](http://www.anai.org.br/povos/Historia_Povos_Bahia.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2015.

## **ANEXO I**

# Setores Censitários do Município de Lauro de Freitas

